

ARTIGO

Superpotência sem hegemonia? Os Estados Unidos na nova configuração geopolítica mundial

*Roberto Rodolfo Georg Uebel **

Resumo: Este artigo investiga em que condições os Estados Unidos podem permanecer uma superpotência sem conservar a hegemonia exclusiva do sistema internacional, coexistindo com China e Rússia em um contexto de fragmentação do multilateralismo. O argumento é construído a partir de uma leitura geográfica deliberadamente restrita a Claude Raffestin, Milton Santos e Yves Lacoste, enquanto a literatura recente é cotejada como evidência da conjuntura. Sustenta-se que a condição de superpotência pode sobreviver à perda da hegemonia quando um Estado conserva capacidade multidimensional de articular território, redes, informação, tecnologia, alianças e recursos em diferentes escalas. Para os Estados Unidos, isso dependerá menos da restauração da unipolaridade e mais da preservação de posições estratégicas em redes seletivas de poder, da gestão multiescalar dos espaços decisivos e da contenção da sobre-extensão. China e Rússia ampliam a competição, mas o fazem por geometrias distintas e assimétricas de poder.

Palavras-chave: Geopolítica; Poder; Multipolaridade; Estados Unidos.

Superpower without Hegemony? The United States in the New Global Geopolitical Configuration

Abstract: This article investigates the conditions under which the United States may remain a superpower without retaining exclusive hegemony over the international system, while coexisting with China and Russia in a context of fragmented multilateralism. The argument is developed through a deliberately geographically focused reading restricted to Claude Raffestin, Milton Santos, and Yves Lacoste, while recent scholarship is used as evidence of the contemporary conjuncture. It argues that superpower status can survive the loss of hegemony when a state retains the multidimensional capacity to articulate territory, networks, information, technology, alliances, and resources across different scales. For the United States, this will depend less on restoring unipolarity than on preserving strategic positions within selective networks of power, managing key spaces across multiple scales, and avoiding strategic overextension. China and Russia intensify competition, but they do so through distinct and asymmetrical geometries of power.

Keywords: Geopolitics; Power; Multipolarity; United States.

1. Introdução

A ordem internacional do primeiro quarto do século XXI tornou-se mais difícil de descrever por meio das categorias que organizaram a leitura do imediato pós-Guerra Fria. A ideia de uma unipolaridade norte-americana, ainda que nunca absoluta, oferecia uma imagem relativamente simples: um Estado concentrava capacidades militares, financeiras, tecnológicas, normativas e institucionais sem encontrar um concorrente capaz de desafiá-lo simultaneamente em todas essas dimensões. Essa imagem perdeu poder explicativo. A ascensão chinesa, a reativação estratégica da Rússia, a maior autonomia de potências intermediárias e a proliferação de fóruns paralelos ou concorrentes produziu uma ordem mais fragmentada, na qual poder e autoridade já não coincidem de forma estável com um único centro.

Essa transformação não implica, contudo, a substituição automática dos Estados Unidos por outra potência, nem conduz necessariamente a uma tripolaridade simétrica. O problema central é de natureza geográfica e relacional: como uma potência preserva capacidade de comando quando já não controla sozinha as regras, os fluxos e as representações do espaço mundial? A questão desloca o debate da contabilidade agregada de capacidades para a maneira como essas capacidades são territorializadas, conectadas, distribuídas e convertidas em relações de dependência ou de autonomia. É nesse ponto que a Geografia Política oferece uma leitura particularmente produtiva, pois permite observar o poder não apenas como atributo do Estado, mas como relação produzida em territórios, redes, escalas, fluxos e sistemas técnicos.

O objetivo deste artigo é discutir as possibilidades de os Estados Unidos continuarem sendo uma superpotência em coexistência competitiva com China e Rússia, sob condições de fragmentação do multilateralismo. A hipótese é que a permanência norte-americana é plausível, mas dependerá de uma mudança no significado prático da própria superpotência, sobretudo no segundo governo de Donald Trump (2025-presente). Em vez de equivaler à capacidade de impor uma ordem unipolar, a condição de superpotência passará a depender da capacidade de permanecer central em múltiplas redes estratégicas ao mesmo tempo, influenciando a circulação de bens, capitais, dados, tecnologias, normas e recursos, e conservando a faculdade de transformar informação em ação territorial em diferentes escalas.

Para desenvolver essa hipótese, o artigo propõe uma distinção entre hegemonia e condição de superpotência. Hegemonia é entendida aqui como a capacidade de estruturar de forma predominante as regras, as expectativas e os principais circuitos da ordem internacional; superpotência, por sua vez, como a capacidade de operar com alcance global em múltiplos campos de poder, conservar elevada autonomia estratégica e afetar decisivamente as possibilidades de ação de outros atores. A partir de Raffestin, Santos e Lacoste, essa condição é lida geograficamente: ela

depende da ocupação de posições centrais em redes, do controle seletivo de fluxos, da articulação multiescalar e da produção de territórios estratégicos. Um Estado pode, portanto, perder a exclusividade hegemônica sem deixar de ser uma superpotência.

A opção teórico-metodológica é deliberadamente restritiva. Raffestin, Santos e Lacoste constituem o núcleo conceitual do artigo. A literatura recente de Geografia Política, Geografia Econômica e Relações Internacionais é utilizada apenas para situar empiricamente a rivalidade sino-americana, a posição russa e a fragmentação institucional contemporânea, sem formar uma quarta matriz teórica. O procedimento é, portanto, teórico-interpretativo e comparativo: os conceitos dos três geógrafos são mobilizados para interpretar padrões recentes de competição, conectividade, produção de escalas e reorganização do multilateralismo. Essa escolha busca evitar duas reduções recorrentes: a leitura da potência como simples soma de recursos materiais e a leitura da multipolaridade como mera contagem de grandes Estados.

2. Poder, território e estratégia: uma chave geográfica para a competição entre grandes potências

A contribuição de Raffestin é relevante porque rompe com a identificação automática entre poder e Estado. Em sua problemática relacional, o poder não constitui uma substância possuída por um ator, mas emerge das relações, das assimetrias e das resistências que atravessam a ação social. Essa perspectiva altera a forma de pensar a grande potência. O Estado continua fundamental, mas sua força não pode ser inferida apenas da extensão territorial, do produto econômico ou do arsenal. Ela depende da capacidade de produzir relações favoráveis, organizar campos de ação, administrar distâncias e converter energia e informação em resultados. O poder, assim, é multidimensional e se manifesta na capacidade de controlar, acelerar, bloquear ou redirecionar fluxos (Raffestin, 1993).

Essa leitura ganha relevância adicional quando Raffestin distingue espaço e território. O território é produzido a partir do espaço pela ação de atores que projetam objetivos, mobilizam trabalho, codificam representações e constroem malhas, nós e redes. Isso significa que a competição estratégica não ocorre sobre um tabuleiro previamente neutro. O próprio tabuleiro é continuamente produzido pelos atores. Rotas marítimas, corredores ferroviários, cabos submarinos, plataformas digitais, cadeias produtivas, áreas de influência e regimes de sanções não são apenas meios utilizados depois que o poder já existe; eles participam da produção do poder ao organizar acessibilidades, dependências e possibilidades de ação.

A rede ocupa posição central nessa formulação. Raffestin a entende como instrumento privilegiado do poder porque ela pode ligar e desligar pontos, ampliar a circulação, controlar comunicações e adaptar-se a mudanças no espaço e no tempo. A potência que controla apenas

superfícies pode ser contornada; a potência que participa de redes decisivas alcança lugares distantes sem necessariamente incorporá-los territorialmente. Essa distinção é fundamental para compreender os Estados Unidos. Grande parte da projeção norte-americana do pós-1945 não resultou de domínio territorial direto, mas da combinação entre presença militar, alianças, moeda, finanças, infraestrutura, padrões tecnológicos, comunicação e instituições multilaterais. A vantagem foi menos a extensão de um império formal que a posição nodal em sistemas construídos com participação de numerosos atores.

Milton Santos permite aprofundar essa ideia ao situar a globalização no meio técnico-científico-informacional. O espaço contemporâneo é constituído pela associação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, em uma densidade crescente de técnica, ciência e informação. Nesse meio, a circulação deixa de ser função secundária e passa a integrar a própria racionalidade do território. A fluidez não é espontânea: exige objetos técnicos, normas, investimentos e atores capazes de torná-la seletivamente possível. Os territórios são integrados de modo desigual, e as redes que prometem universalidade reproduzem hierarquias de acesso, comando e uso (Santos, 2006).

Para Santos, a globalização não elimina o território. Ela amplia a tensão entre uma lógica global, comandada por agentes hegemônicos, e as condições concretas dos lugares. Isso ajuda a reinterpretar a competição entre grandes potências. Estados Unidos e China disputam não apenas mercados ou áreas de influência, mas a capacidade de definir quais objetos técnicos serão instalados, quais padrões serão aceitos, quais conexões serão prioritárias e quem terá autoridade sobre os fluxos que atravessam os territórios. A disputa sobre semicondutores, infraestrutura digital, inteligência artificial, sistemas de pagamento, portos, energia e telecomunicações é, nesse sentido, uma disputa pela configuração material e normativa do meio técnico-científico-informacional.

Lacoste acrescenta uma dimensão indispensável: a geografia é também um saber estratégico sobre diferenças espaciais e sobre a articulação de escalas. Seu argumento de que a geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra não reduz a disciplina à atividade militar. Ao contrário, demonstra que conhecer posições, distâncias, acessos, recursos, populações e escalas é condição para agir politicamente sobre o espaço. A representação geográfica nunca é inocente quando seleciona certos fenômenos e silencia outros. A produção de uma região estratégica, de um “Indo-Pacífico”, de uma “Eurásia”, de um “Ocidente” ou de um “Sul Global” é também uma operação de poder, porque reorganiza alianças, ameaças e prioridades na imaginação espacial dos atores (Lacoste, 1988).

3. Fragmentação do multilateralismo e nova geometria do poder

A fragmentação do multilateralismo deve ser entendida com precisão. Não se trata de um retorno simples a um mundo anterior às instituições internacionais, nem de uma substituição linear

do multilateral pelo bilateral. O que se observa é a sobreposição de organizações universais, fóruns regionais, coalizões temáticas, arranjos minilaterais, regimes de sanções, acordos preferenciais, bancos de desenvolvimento, clubes políticos e padrões tecnológicos concorrentes. Cooper, Parlar Dal e Dipama (2025) descrevem esse ambiente como uma forma de multilateralismo fragmentado, na qual instituições existentes são simultaneamente utilizadas, contornadas e disputadas por atores com interesses diferentes. No comércio, a proliferação de acordos preferenciais e a maior presença da geopolítica reforçam a segmentação de circuitos antes apresentados como universais (Dadush; Dominguez Prost, 2023).

Pela lente de Raffestin, essa fragmentação pode ser interpretada como multiplicação de malhas e redes sobrepostas. Cada arranjo cria acessos, exclusões, normas e centralidades próprias. O poder deixa de aparecer como pirâmide única e passa a ser exercido por meio de geometrias que variam conforme o tema: segurança, comércio, finanças, energia, tecnologia, clima ou infraestrutura. Um Estado pode estar no centro de uma rede e na periferia de outra. A consequência é que a multipolaridade não produz necessariamente equilíbrio. Ela pode gerar assimetrias cruzadas, nas quais diferentes potências ocupam posições dominantes em circuitos distintos.

Essa característica é especialmente visível na relação entre Estados Unidos e China. A literatura recente sobre cadeias globais de valor tem recolocado a geopolítica no centro da análise. Selwyn, Bernhold e Leyden (2025) observam que a organização das redes produtivas nunca foi politicamente neutra e que a rivalidade tecnológica sino-americana torna explícita a dimensão estratégica do controle sobre tecnologias centrais. De modo semelhante, Poon et al. (2024) mostram que as metageografias do Indo-Pacífico e da *Belt and Road Initiative* (a Nova Rota da Seda) não correspondem a espaços fechados. Elas são construções concorrentes que se cruzam em fluxos econômicos reais, produzindo movimentos simultâneos de acoplamento e desacoplamento.

Milton Santos ajuda a compreender por que a fragmentação não elimina a interdependência. O meio técnico-científico-informacional foi produzido por décadas de integração material e informacional. Desmontá-lo integralmente importaria custos elevados aos próprios atores que procuram securitizá-lo. Por isso, a tendência mais plausível não é uma bifurcação completa do mundo em blocos autárquicos, mas uma fluidez seletiva: determinados circuitos são protegidos, subsidiados ou restringidos, enquanto outros permanecem intensamente conectados. A política de controle de exportações de tecnologias sensíveis, a realocação de segmentos produtivos e a busca por fornecedores considerados confiáveis coexistem com volumes expressivos de comércio, investimento e interdependência.

Nesse contexto, o declínio relativo dos Estados Unidos deve ser distinguido de um desaparecimento de sua centralidade. A ordem fragmentada reduz a capacidade de qualquer potência

impor regras universais, mas também eleva o valor dos atores capazes de conectar redes que, de outro modo, permaneceriam separadas. A fragmentação, paradoxalmente, pode beneficiar uma potência com ampla presença institucional, tecnológica, financeira, militar e diplomática, desde que ela preserve a confiança necessária para que terceiros continuem utilizando suas redes. O problema norte-americano, portanto, não é apenas a ascensão de competidores externos. É também o risco de destruir, por excesso de unilateralismo, ativos relacionais acumulados ao longo de décadas.

4. Os Estados Unidos como superpotência sem hegemonia

A permanência dos Estados Unidos como superpotência pode ser explicada por cinco dimensões de poder que, combinadas, sustentam sua capacidade de atuação global mesmo em um ambiente pós-unipolar. A primeira é territorial-militar. O território continental norte-americano oferece profundidade estratégica, acesso aos oceanos Atlântico e Pacífico, ampla infraestrutura e uma base demográfica e econômica capaz de sustentar projeção externa. O elemento distintivo, contudo, não está apenas no território nacional, mas na possibilidade de conectá-lo a uma rede internacional de bases, instalações, acordos de defesa e aliados. Sob a ótica de Raffestin, essa arquitetura transforma pontos geograficamente dispersos em uma rede funcional, reduzindo distâncias políticas e ampliando o campo operacional da potência.

A segunda dimensão é financeiro-informacional. A centralidade do dólar, dos mercados financeiros norte-americanos, de instituições sediadas nos Estados Unidos e de grandes empresas de tecnologia cria um campo de comunicação e circulação que excede o controle estatal direto, mas que pode ser mobilizado em estratégias de poder. A força desse sistema está justamente em seu caráter relacional. Não basta emitir uma moeda ou possuir plataformas digitais; é necessário que outros atores decidam utilizá-las. Por isso, a centralidade financeira e informacional é simultaneamente poderosa e vulnerável. Sanções, restrições ou vigilância podem converter a rede em instrumento de coerção, mas seu uso excessivo pode incentivar alternativas e reduzir, no longo prazo, a disposição de terceiros em permanecer dependentes dela.

A terceira dimensão é tecnológico-produtiva. A rivalidade com a China tornou explícita a importância estratégica de semicondutores, computação avançada, inteligência artificial, biotecnologia e infraestrutura digital. A literatura recente mostra que Washington procura recompor sua posição diante da ascensão chinesa mediante alianças, política industrial e instrumentos de controle tecnológico (Selwyn; Bernhold; Leyden, 2025). Essa dinâmica confirma uma intuição de Raffestin: um recurso não é simplesmente uma matéria existente na natureza, mas uma relação produzida por conhecimento, técnica e necessidade. Terras raras, lítio, cobre ou silício só adquirem

significado estratégico quando vinculados a capacidades de extração, processamento, fabricação, logística e inovação.

A quarta dimensão é institucional. A posição dos Estados Unidos em organizações multilaterais, alianças formais e fóruns especializados constitui um estoque de poder relacional que não pode ser medido apenas pelo número de votos. Instituições estabilizam expectativas, produzem informação e reduzem custos de coordenação. Em uma ordem fragmentada, sua função tende a mudar: em vez de constituírem uma única arquitetura hierárquica, passam a operar como nós de redes parcialmente sobrepostas. A capacidade norte-americana de transitar entre fóruns universais, alianças de segurança e arranjos minilaterais pode ampliar sua flexibilidade, desde que parceiros percebam utilidade e previsibilidade nesses vínculos.

A quinta dimensão é cartográfica e escalar. A consolidação do Indo-Pacífico como categoria estratégica demonstra a importância do ato de nomear e representar o espaço. Ding e Song (2026) interpretam a estratégia norte-americana para a região como uma recalibração que rearticula alianças, instrumentos tecnológico-econômicos e tradições geopolíticas para responder à ascensão chinesa. Em termos lacostianos, trata-se de produzir uma geografia operacional: o espaço é reorganizado por uma representação que conecta o Pacífico e o Índico e redefine o lugar de aliados, corredores, estreitos e arquipélagos na estratégia dos Estados Unidos.

A vantagem norte-americana reside, portanto, em um tipo de presença simultânea. Poucos Estados combinam capacidade de ação no Atlântico, Pacífico, Ártico, hemisfério ocidental, sistema financeiro, economia digital e instituições de segurança. Essa simultaneidade não garante supremacia em cada domínio, mas cria a possibilidade de compensar perdas em uma rede com ativos existentes em outras. Trata-se de uma centralidade estratégica multidimensional: a capacidade de transformar uma aliança militar em cooperação tecnológica, uma vantagem financeira em capacidade de sanção, uma posição logística em acesso político ou uma norma técnica em barreira de entrada. É precisamente essa combinação que permite pensar uma superpotência sem hegemonia exclusiva.

O maior risco é confundir centralidade com controle total. Redes só funcionam porque incluem outros atores. Se Washington tratar parceiros exclusivamente como extensões de sua vontade, reduz o grau de autonomia que torna essas redes atraentes. O unilateralismo pode gerar ganhos imediatos, mas corroer a própria infraestrutura relacional da potência. A recente revalorização de instrumentos coercitivos e de uma política hemisférica mais transacional ilustra essa tensão entre busca de primazia e limites impostos por uma ordem multipolar (Contrera; Gregorio, 2025). A capacidade de permanecer superpotência dependerá, assim, de preservar a diferença entre liderança de rede e pretensão de monopólio.

5. China e Rússia: desafios distintos ao poder norte-americano

China e Rússia desafiam a posição norte-americana, mas não o fazem pela mesma geometria de poder. A China apresenta o desafio mais abrangente aos Estados Unidos porque combina escala territorial e demográfica, densidade industrial, capacidade tecnológica, projeção financeira crescente e construção de infraestrutura transnacional. A *Belt and Road Initiative* pode ser lida, a partir de Raffestin, como tentativa de produzir novos circuitos, nós e corredores capazes de reorientar fluxos e criar centralidades alternativas. Flint e Zhu (2019) mostram que a conectividade promovida pela iniciativa é simultaneamente cooperativa e competitiva, pois reorganiza relações geopolíticas ao mesmo tempo em que expande redes econômicas.

A força chinesa está justamente na capacidade de territorializar conexões. Portos, ferrovias, energia, telecomunicações e financiamento criam materialidade para relações que, de outro modo, seriam apenas diplomáticas. Em termos de Milton Santos, a expansão chinesa intervém no meio técnico-científico-informacional ao participar da instalação dos objetos que tornam a fluidez possível. Isso permite a Beijing disputar não apenas a quantidade de comércio, mas a arquitetura pela qual o comércio e a informação circulam. A competição tecnológica torna-se, então, uma disputa sobre quem será capaz de produzir e normatizar o território técnico do futuro.

A Rússia representa um desafio de outra natureza. Sua centralidade econômica e tecnológica é mais estreita, mas sua profundidade territorial, capacidade nuclear, posição eurasiática, recursos energéticos, presença no Ártico e capacidade de produzir custos de segurança mantêm relevância global. A leitura raffestiniana ajuda a evitar a conclusão de que menor densidade econômica equivale a irrelevância. Uma potência pode utilizar pontos de estrangulamento, recursos, informação e capacidade militar para alterar as escolhas de outros atores. O poder relacional inclui resistência e dissimetria; ele não depende exclusivamente da capacidade de oferecer bens, mas também da capacidade de bloquear, encarecer ou desorganizar fluxos.

A guerra na Ucrânia evidenciou ainda a fragmentação política do sistema. Rabel (2025) mostra que as respostas do chamado Sul Global não reproduzem integralmente as posições ocidentais, indicando uma ordem na qual diferentes coalizões e interpretações coexistem. Isso amplia o espaço diplomático russo mesmo quando Moscou enfrenta sanções e restrições impostas por Estados ocidentais. A Rússia explora, assim, interstícios de uma ordem fragmentada: relações energéticas, cooperação militar, organizações não ocidentais e vínculos bilaterais permitem reduzir parcialmente os efeitos de redes das quais foi excluída.

A relação sino-russa também não deve ser interpretada como bloco homogêneo. Feng e He (2024) sustentam que a cooperação entre China e Rússia se apoia em convergências estratégicas importantes, mas não equivale a uma aliança militar formal nem elimina divergências de interesse ou

de visão. Essa assimetria é decisiva para os Estados Unidos. Uma estratégia que trate China e Rússia como um único ator pode produzir o efeito geopolítico de aproximá-las além do necessário. Pela lógica lacostiana das escalas e diferenças, uma política eficaz exige distinguir espaços, capacidades e interesses em vez de aplicar uma representação indiferenciada do adversário.

Por isso, a coexistência entre as três potências será provavelmente triangular, porém assimétrica. A China disputa a posição norte-americana de maneira mais sistêmica, pois busca ocupar redes produtivas, tecnológicas, financeiras e infraestruturais. A Rússia exerce uma potência mais concentrada em território, segurança, recursos e capacidade de disrupção. Os Estados Unidos conservam maior diversidade de redes e aliados, mas enfrentam o desafio de manter a coesão dessas conexões. Não há, portanto, três polos idênticos. Há três formas distintas de converter espaço, recursos, técnica e informação em poder.

Essa assimetria abre margem para coexistência. He, Wivel, Kornprobst e Paul (2026) argumentam que mudanças na ordem internacional, inclusive sob forte competição sino-americana, não precisam ocorrer por guerra sistêmica. Do ponto de vista aqui desenvolvido, a coexistência torna-se possível quando cada potência reconhece que sua centralidade é parcial e quando redes de interdependência permanecem suficientemente densas para elevar os custos de uma ruptura total. Isso não elimina rivalidades, crises ou conflitos periféricos, mas reduz a plausibilidade de uma substituição rápida e integral de uma ordem por outra.

6. Condições geopolíticas para a permanência dos Estados Unidos

Se a condição de superpotência no século XXI depender da capacidade de atuar de maneira central em redes estratégicas sem pretensão de controle integral, a primeira condição para a permanência dos Estados Unidos será preservar conexões decisivas em vez de buscar controlar todos os espaços. A distinção é essencial. O controle total exige custos crescentes e tende a gerar resistência; a centralidade permite influência por meio de conexões selecionadas. Em termos raffestinianos, a estratégia deve concentrar-se nos nós e linhas que aumentam a capacidade de circulação e comunicação, evitando transformar cada território em objeto de disputa existencial. Essa seletividade reduz a sobre-extensão e preserva recursos para situações nas quais a posição de um nó realmente altera o sistema.

A segunda condição é manter aliados e parceiros como coprodutores da rede. A vantagem dos Estados Unidos sobre China e Rússia não decorre apenas de capacidades domésticas, mas da possibilidade de combinar seus recursos com os de Europa, Japão, Coreia do Sul, Canadá, Austrália e múltiplos parceiros regionais. Uma aliança não é mero multiplicador automático de poder. Ela precisa ser reproduzida por informação, confiança, infraestrutura e compatibilidade de objetivos.

Quando a relação se torna excessivamente dissimétrica, a resistência prevista por Raffestin tende a aparecer por diversificação, neutralidade seletiva ou busca de alternativas.

A terceira condição é evitar que a securitização tecnológica destrua a própria fluidez da inovação. A competição com a China torna legítima, do ponto de vista estratégico, a proteção de tecnologias sensíveis. Entretanto, a tentativa de separar integralmente ecossistemas produtivos e científicos pode reduzir economias de escala, fragmentar padrões e acelerar a criação de alternativas. A política mais compatível com a preservação da centralidade estratégica norte-americana é a redução de dependências críticas combinada à manutenção de conexões não críticas. O objetivo não seria autarquia, mas capacidade de escolher os circuitos nos quais a interdependência é aceitável e aqueles em que redundância e controle são necessários.

A quarta condição é tratar recursos críticos como relações e não como estoques. A corrida por minerais, energia e componentes estratégicos tende a favorecer uma linguagem de posse territorial. Raffestin oferece uma correção importante: matéria transforma-se em recurso por intermédio de técnica, conhecimento e estratégia. Assim, a posição norte-americana dependerá de integrar mineração, processamento, pesquisa, manufatura, reciclagem e logística em redes suficientemente diversificadas. Uma política limitada a garantir jazidas pode fracassar se outros atores dominarem etapas intermediárias ou conhecimento indispensável à transformação da matéria.

A quinta condição é preservar a dimensão informacional do poder. No meio técnico-científico-informacional descrito por Santos, controlar informação não significa apenas armazenar dados. Significa produzir padrões, conhecimento, capacidade científica, infraestrutura de comunicação e confiança social. A vantagem norte-americana em universidades, pesquisa, inovação e empresas tecnológicas é relacional porque depende da circulação de pessoas e ideias. Políticas que reduzam de modo indiscriminado a atração de talentos ou a cooperação científica podem converter preocupações legítimas de segurança em perda de centralidade informacional.

A sexta condição é operar por escalas diferenciadas. Lacoste ensina que uma mesma realidade assume significados diferentes conforme a escala de análise. A competição com a China é global, mas não exige resposta idêntica na América Latina, África, Sudeste Asiático ou Ártico. A Rússia é uma potência eurasiática e nuclear cuja relevância varia conforme o teatro. O hemisfério ocidental possui significado particular para Washington, mas a tentativa de restaurar uma esfera exclusiva de influência pode encontrar resistência em países que desejam ampliar sua margem de manobra. A estratégia norte-americana será mais eficaz se reconhecer as geografias políticas dos parceiros em vez de reduzir todos os lugares à rivalidade entre grandes potências.

A sétima condição é utilizar o multilateralismo fragmentado como ativo e não apenas como obstáculo. A multiplicação de fóruns permite combinar diferentes geometrias institucionais. Para os

Estados Unidos, isso oferece a possibilidade de agir em organizações universais quando houver convergência, em coalizões menores quando a universalidade bloquear a ação e em arranjos regionais quando a escala local for decisiva. Essa flexibilidade, porém, só produz centralidade se os arranjos forem vistos como úteis também pelos demais participantes. Caso contrário, o minilateralismo pode ser percebido como simples instrumento de exclusão e incentivar contrarredes.

7. Conclusão

A pergunta que orientou este artigo não foi se os Estados Unidos conservarão a hegemonia incontestada do pós-Guerra Fria, mas se podem continuar sendo uma superpotência em coexistência com China e Rússia. A resposta é afirmativa, desde que superpotência seja compreendida como condição relacional e geográfica, e não como sinônimo de unipolaridade. A erosão da exclusividade norte-americana é compatível com a permanência de uma capacidade excepcional de produzir territórios estratégicos, conectar redes, mobilizar recursos, comandar fluxos de informação e agir em várias escalas.

Raffestin permitiu demonstrar que o poder não reside apenas no Estado nem em estoques materiais: ele emerge de relações e se realiza por malhas, nós, redes, energia e informação. Milton Santos mostrou que a globalização é materialmente produzida por um meio técnico-científico-informacional cuja fluidez é seletiva e politicamente comandada. Lacoste evidenciou que conhecer, representar e articular escalas constitui parte do próprio exercício estratégico do poder. Reunidos, esses três autores oferecem uma chave capaz de explicar por que o declínio relativo de uma potência não implica perda automática de centralidade e por que a ascensão de competidores não produz uma substituição mecânica de hegemonias.

A contribuição analítica proposta neste artigo consiste em dissociar hegemonia de condição de superpotência. A primeira pressupõe uma capacidade predominante de ordenar regras e expectativas do sistema; a segunda pode persistir em uma ordem mais disputada, desde que o ator conserve alcance global, autonomia estratégica e capacidade de conectar e influenciar múltiplos campos de poder. Essa distinção ajuda a diferenciar os três grandes atores examinados. Os Estados Unidos combinam a maior diversidade de redes globais e uma arquitetura ampla de alianças; a China constrói centralidades alternativas por meio de produção, tecnologia, infraestrutura e conectividade; a Rússia possui centralidade mais restrita, porém elevada capacidade de disrupção apoiada em território, armamentos estratégicos, energia e posição eurasiática. O sistema resultante é multipolar, mas não simétrico.

Em síntese, o século XXI não precisa ser interpretado como a passagem de uma hegemonia para outra. Pode ser compreendido como a transição de uma ordem de centralidade concentrada para

uma configuração de centros concorrentes, conectados e assimétricos. Nesse cenário, os Estados Unidos continuarão sendo uma superpotência se permanecerem capazes de tornar lugares distantes estrategicamente simultâneos, converter informação em ação, transformar matéria em recurso e conectar parceiros a redes que estes próprios considerem valiosas. A perda do monopólio da ordenação internacional não equivale à perda da condição de superpotência. Esse é o sentido central de uma superpotência sem hegemonia.

Referências bibliográficas

- CONTRERA, F.; GREGORIO, P. C. “A longa sombra de Monroe: o trumpismo e a restauração da primazia hemisférica”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 126, e126050fc, 2025. DOI: 10.1590/0102-001050fc/126.
- COOPER, A. F.; PARLAR DAL, E.; DIPAMA, S. “Fragmented multilateralism and international institutions: between complexities and challenges”. *Third World Quarterly*, v. 46, n. 15, p. 1825-1837, 2025. DOI: 10.1080/01436597.2025.2562908.
- DADUSH, U.; DOMINGUEZ PROST, E. “Preferential Trade Agreements, Geopolitics, and the Fragmentation of World Trade”. *World Trade Review*, v. 22, n. 2, p. 278-294, 2023. DOI: 10.1017/S1474745623000022.
- DING, Y.; SONG, W. “Re-engineering the rimland: geopolitical tradition, strategic reconfiguration and the United States' Indo-Pacific strategy”. *International Affairs*, v. 102, n. 3, p. 971-994, 2026. DOI: 10.1093/ia/iiag038.
- FENG, H.; HE, K. “Why will China and Russia not form an alliance? The balance of beliefs in peacetime”. *International Affairs*, v. 100, n. 5, p. 2089-2112, 2024. DOI: 10.1093/ia/iaae184.
- FLINT, C.; ZHU, C. “The geopolitics of connectivity, cooperation, and hegemonic competition: the Belt and Road Initiative”. *Geoforum*, v. 99, p. 95-101, 2019. DOI: 10.1016/j.geoforum.2018.12.008.
- HE, K.; WIVEL, A.; KORNPROBST, M.; PAUL, T. V. “Understanding change in times of crises: US-China competition and the prospects for peaceful change”. *The Chinese Journal of International Politics*, v. 19, n. 2, p. 100-118, 2026. DOI: 10.1093/cjip/poaf022
- LACOSTE, Y. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
- POON, J. P. H.; PENG, P.; QIAN, X.; YANG, Y. “End of the Asia-Pacific: geoeconomics, belt and road and the Indo-Pacific”. *Political Geography*, v. 108, 103026, 2024. DOI: 10.1016/j.polgeo.2023.103026.
- RABEL, R. “Global South and western divergence on Russia's war in Ukraine: implications for world order”. *International Affairs*, v. 101, n. 3, p. 1005-1021, 2025. DOI: 10.1093/ia/iaaf008.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SELWYN, B.; BERNHOLD, C.; LEYDEN, D. “The geopolitical underpinning of global value chains and production networks: US-China technological rivalry in a longer-range perspective”. *Journal of Economic Geography*, lba033, 2025. DOI: 10.1093/jeg/lba033.

* Professor Regente de Geografia da Unicesumar e Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: roberto.uebel@unicesumar.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4172809477736641>